



## **Observatório Ambiental de Alcanena**

### **Ata da 4ª Reunião – 27 de Novembro de 2018**

Aos vinte e sete dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, teve lugar no Auditório da Câmara Municipal de Alcanena a quarta reunião do Observatório Ambiental de Alcanena, tendo estado presentes os representantes das entidades que constam da folha de presenças anexa.

A presente reunião teve a seguinte ordem de trabalhos: 1 – Revisão/aprovação da ata da 3ª reunião, realizada a 11 de Setembro de 2018; 2 – Plano de Ação para 2018 - Ponto de Situação; 3 – Outros Assuntos.

A reunião foi conduzida pela Presidente da Câmara Municipal de Alcanena (CMA), Fernanda Asseiceira, enquanto entidade coordenadora deste projeto, que deu início à sessão dando as boas-vindas a todos os presentes para a última reunião de 2018, e agradecendo uma vez mais a colaboração de todos neste projeto.

Passou-se de seguida ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, com a revisão/aprovação da ata da 3ª reunião, realizada a 11 de Setembro de 2018.

Considerando a extensão da referida ata e o envio prévio para revisão por parte de todas as entidades, a Presidente da Câmara propôs prescindir-se da leitura integral da mesma, com a concordância de todos os presentes. Foi então colocada a ata a votação, tendo sido aprovada, com a abstenção da Eng.ª Vera Noronha por não ter estado presente na referida reunião.

Passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos, relativo à evolução dos trabalhos do Plano de Ação para 2018, a Presidente da Câmara sugeriu inverter a metodologia de apresentação relativamente à reunião passada, começando por dar a palavra às entidades presentes e só posteriormente passar à intervenção da CMA.

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF):

O Arq.º Fernando Faria Pereira referiu que foi enviado esta manhã um e-mail com informação complementar e indicação de alguns links de apoio à caracterização do património geomorfológico da região, tendo igualmente entregue alguma documentação, nomeadamente um exemplar da Carta Geológica Simplificada e Património Geológico do PNSAC e do Roteiro de Geossítios do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

Neste âmbito, a Presidente da CMA agradeceu a informação disponibilizada e propôs o agendamento de uma reunião individualizada com o ICNF para o primeiro trimestre do próximo ano, nomeadamente para apreciação e análise da informação partilhada.



- Administração-Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS LVT) / Unidade de Saúde Pública do ACES Médio Tejo:

A Eng.<sup>a</sup> Vera Noronha reiterou que esta entidade continua a efetuar o acompanhamento da qualidade da água de abastecimento público, nomeadamente através de análises de vigilância. Tem igualmente acompanhado a evolução ao nível da qualidade do ar, sendo importante tentar perceber quais as razões que conduziram à melhoria efetiva a este nível, de modo a localizar a origem do problema.

A Dr.<sup>a</sup> Sandrina Pereira, em substituição do Dr. Carlos Pinto, mencionou que, após análise dos relatórios à qualidade do ar enviados e considerando os valores apresentados até à data, foi possível verificar que os mesmos se situam no limiar da incomodidade, sendo que a continuidade da implementação das operações de melhoria poderá vir a conduzir à minimização deste fator. Ao nível da qualidade da água da praia fluvial dos Olhos de Água do Alviela, referiu que, de facto, é possível constatar que se tem vindo a verificar uma melhoria significativa.

Neste contexto, a Presidente da Câmara sugeriu solicitar às entidades presentes a apreciação dos parâmetros que estão previstos incluir nas próximas análises a efetuar na zona da praia fluvial, anteriormente enviados para solicitação de parecer à APA. Apresentada a listagem de parâmetros, propôs-se incluir o fósforo e os nitratos, considerando a propensão para fenómenos de eutrofização. Neste campo, a Eng.<sup>a</sup> Vera Noronha sugeriu incluir também as cianobactérias. Salientou ainda que, em relação às salmonelas, se o resultado da primeira análise der negativo, não é necessário realizar mais nenhuma. O Eng.<sup>o</sup> Miguel Guerreiro acrescentou que, não obstante esse facto, a CMA optou por incluir sempre esse parâmetro nas análises efetuadas à qualidade da água da praia fluvial.

A Eng.<sup>a</sup> Paula Lança, representante do IAPMEI, acrescentou que acabou de sair um novo Decreto-Lei referente à transferência de competências relativas às praias fluviais para as Autarquias (DL 97/2018).

- Centro Tecnológico das Indústrias do Couro (CTIC):

O Eng.<sup>o</sup> Nuno Silva indicou que decorreu uma reunião com o Eng.<sup>o</sup> Miguel Guerreiro e a Eng.<sup>a</sup> Maria João Santos, onde foi definido um conjunto de descritores e indicadores de sustentabilidade para caracterização do concelho de Alcanena, que se apresentam de seguida para apreciação conjunta.

Neste âmbito, a Presidente da Câmara acrescentou que a Agência Médio Tejo 21 e a CIMT são entidades com possíveis fontes de informação para alguns dos indicadores apresentados.

Relativamente às questões de ordenamento do território, dada a fase avançada em que se encontra a revisão do PDM, referiu ser preferível que a caracterização dos respetivos indicadores se faça já com base nos dados constantes no novo PDM.



No campo dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), a Presidente da Câmara mencionou que a Resitejo vai implementar um projeto-piloto de sistema de recolha porta-a-porta de recicláveis, a iniciar em alguns pontos da respetiva área de influência, concretamente em locais mais próximos da sede da Resitejo, chegando no final de 2019 ao concelho de Alcanena.

O Eng.º Miguel Guerreiro acrescentou ainda que a Resitejo já iniciou no concelho de Alcanena a recolha porta-a-porta de papel/cartão e plástico junto dos produtores/comerciantes com maior produção deste tipo de resíduos, e vai também distribuir equipamentos de recolha dedicada para vidro em alguns desses estabelecimentos.

Ainda em matéria de RSU, a Presidente da Câmara sinalizou que considera existir ainda uma evolução a fazer ao nível da recolha dos óleos usados. O sistema que a Resitejo adotou (despejo direto dos óleos no contentor) não está a funcionar da melhor forma, existindo no mercado outras opções que possivelmente poderão produzir melhores resultados.

O Eng.º Nuno Silva concluiu a apresentação dos indicadores, ressaltando que é apenas uma base de trabalho, estando recetivo a outros contributos.

A Presidente da Câmara sugeriu então que se envie para todos os elementos do Observatório a proposta de indicadores apresentada, para que possam analisar e enviar os respetivos contributos. Propôs ainda que posteriormente se agendem reuniões sectoriais com as entidades que se considerem relevantes para cada uma das áreas, nomeadamente com a Agência Médio Tejo 21, CIMT, Resitejo, Luságua, para avaliação e disponibilização de dados.

A Presidente da Câmara acrescentou ainda que a Câmara Municipal está em vias de constituir uma Empresa Municipal que terá o foco de atuação nas áreas ambientais, nomeadamente na área do abastecimento público de água e saneamento.

No capítulo do descritor Qualidade do Ar, a Eng.ª Vera Noronha propôs incluir também o levantamento/identificação das torres de arrefecimento.

O Eng.º Nuno Silva referiu que o CTIC está a fazer um trabalho de prevenção junto das empresas ao nível da bactéria Legionella, incluindo o levantamento dos locais onde se possa desenvolver esta bactéria. Estão também a fazer o levantamento ao nível da existência de estruturas com amianto, nomeadamente o que existe e a perspetiva para o prazo de substituição, com garantia de um destino final adequado.

- Direção-Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT):

O Eng.º Luís Filipe Sousa mencionou que, no seguimento da última reunião em que esse tema foi abordado pela Associação Zero, procurou saber os contactos do interlocutor da entidade promotora da candidatura apresentada pela CM de Torres Vedras ao POSEUR, para a preservação do Ruivaco-do-Oeste e requalificação de troços de rio Sizandro.



O interlocutor do referido projeto é assim o Gabinete Técnico Florestal dessa Câmara Municipal, através da Eng.ª Florestal Filipa Araújo, tendo enviado os respetivos contactos por e-mail a 12 de Novembro último.

Referiu ainda terem enviado anteriormente a listagem dos lagares existentes na base de dados da DRAP-LVT à data de 2013. Neste seguimento, questionou como tem estado este ano a situação da lagaragem até à presente data.

O Eng.º Miguel Guerreiro respondeu referindo que este ano ainda não se verificaram situações anómalas, sendo que, comparativamente com o ano anterior, o caudal do rio está bastante superior e a campanha de lagaragem está a ser significativamente menor. No ano passado, verificou-se uma conjugação de fatores excecionais, que resultaram no desfecho ocorrido.

- GNR-SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente de Torres Novas:

Nesta matéria, o Sargento-Ajudante Paulo Batista referiu que considera que a origem do problema ocorrido não se situa no concelho de Alcanena e sim fora deste. Este ano a “Operação Lagaragem” da GNR deve ocorrer no mês de Dezembro, e, mesmo que não haja uma campanha oficial, irão manter a vigilância/fiscalização nesta matéria. Acrescentou ainda que no concelho existem 3 lagares e nenhum deles faz o espalhamento das águas ruças. Apenas um destes lagares produz águas ruças, situado na Serra de Santo António, e são encaminhadas para uma lagoa de evaporação.

- IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.:

A Eng.ª Paula Lança referiu que na última reunião tinha ficado de obter uma listagem sobre os lagares - CAE 10412. O IAPMEI tem acesso à base de dados do REAI, tendo obtido a referida listagem relativamente aos concelhos indicados na reunião anterior (Alcanena, Santarém, Torres Novas, Porto de Mós e Batalha). De 2009 até à data, considerando os processos colocados na plataforma, constam apenas 4 lagares: 1 em Santarém-Alcanede e 3 em Ourém. A referida listagem foi entregue para constar como informação complementar à anteriormente reunida.

A Presidente da Câmara sugeriu assim que se reúna toda a informação relativa a este assunto e se efetue o cruzamento dos dados enviados pelas diferentes entidades, de modo a elaborar uma listagem atualizada dos lagares existentes na região e a georreferenciar aqueles que se considerem estar localizados na zona de influência do Maciço Calcário Estremenho. Acrescentou ainda que a GNR é uma entidade essencial nesta matéria.

No contexto da referenciação de locais sensíveis, o Eng.º Miguel Guerreiro referiu que lhe constou que a pedreira de alpinina em Monsanto tinha voltado a laborar. A referida pedreira está licenciada mas tinha a licença de laboração suspensa. Possivelmente terá sido solicitada à DGEG a renovação da licença de laboração e a CMA não terá sido oficialmente informada.



A Presidente da Câmara frisou não estar ao corrente da situação, referindo que irá solicitar aos serviços internos da CMA que reúnam informação sobre o assunto. Solicitou ainda ao ICNF que verifique se foi submetido algum pedido de parecer por parte desta entidade e à GNR que averigue se tem alguma informação sobre esta matéria. Considera tratar-se de um assunto grave, demonstrativo da falta de comunicação entre as entidades.

O Vereador Hugo Santarém acrescentou que o fiscal da Câmara confirmou que a pedreira voltou de facto a laborar, tendo redigido uma informação reportando o referido. Existem no concelho 2 pedreiras licenciadas, sendo que uma delas não estaria em laboração, tendo sido interrompido/suspenso o plano de lavra. Aparentemente esta situação alterou-se, sendo que provavelmente solicitaram a reativação do plano de lavra.

Neste âmbito, a Presidente da Câmara referiu que a CMA irá solicitar esclarecimento à entidade competente – DGEG, e a DDSU irá estudar a matéria decorrente da participação existente.

- Associação Centro Ciência Viva do Alviela:

A Eng.<sup>a</sup> Maria João Santos referenciou o projeto “Por este rio acima: património natural e água”, financiado pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e promovido pela Agência Ciência Viva. Neste âmbito foram realizadas ações um pouco por todo o país, sendo que as ações promovidas pelo Centro Ciência Viva do Alviela se centraram na área de influência do Rio Alviela. Foram assim realizadas 4 ações de sensibilização, 4 percursos interpretativos, 3 ações de limpeza das margens do rio, uma ação de formação de técnicos e uma tertúlia ambiental realizada na Ponte da Pedra. Estas ações decorreram de Setembro a Novembro, envolvendo cerca de 200 participantes, entre população local, escolas e técnicos. De salientar que as ações de limpeza das margens do rio foram realizadas com apoio de alunos do Agrupamento de Escolas de Alcanena, tendo-se conseguido reunir aproximadamente 250kg de lixo no total das 3 campanhas.

- Universidade de Aveiro (UAveiro):

A Professora Doutora Isabel Capela voltou a sublinhar a disponibilidade para a leitura e análise de relatórios e informações enviadas, nomeadamente no âmbito da qualidade do ar e da auditoria à ETAR e aterro de lamas.

Relativamente aos estágios, uma das questões que se coloca é precisamente a deslocação, tendo a Senhora Presidente sugerido que se avaliasse a hipótese de realização de um estágio que permitisse o desenvolvimento do trabalho na própria Universidade. A Professora Doutora Isabel Capela ficou assim de analisar essa possibilidade.

Sugeriu ainda o agendamento duma reunião entre a CMA, a UAveiro e o CTIC para avaliar as possibilidades de reutilização dos subprodutos/resíduos das indústrias de curtumes, se possível a realizar em Aveiro.



Em relação aos relatórios à qualidade do ar já enviados, referiu que esteve a analisá-los juntamente com outros colegas da área. Pelo que verificaram, foi adotada uma determinada metodologia para o estudo efetuado, tendo-se optado pela monitorização por um período alargado de uma semana, que se traduz numa média ponderada, o que não quer dizer que em determinados dias/momentos não tenha havido um valor de incomodidade que acabou por ficar diluído na média ponderada ao longo de uma semana.

Neste âmbito, a Presidente da Câmara aproveitou para passar à apresentação das ações em implementação pela CMA, concretamente as campanhas de monitorização da qualidade do ar.

O Eng.º Miguel Guerreiro referiu que um dos objetivos destas campanhas foi precisamente localizar geograficamente as possíveis fontes de proliferação de odores. Do ponto de vista da população, o objetivo final é que não cheire mal e essencialmente que não seja prejudicial à saúde.

Foi assim apresentado um quadro resumo com os valores das 4 campanhas de monitorização da qualidade do ar realizadas até à data. Para o estudo efetuado, foram definidos 18 pontos de amostragem, sendo que os valores mais elevados foram registados na 2ª campanha (realizada de 22 a 29 de Maio de 2018), nos pontos P1, P2, P3 e P4, todos localizados na ETAR de Alcanena.

De referir também as medidas minimizadoras que as unidades industriais e a própria ETAR têm vindo a implementar: na ETAR foi já instalado um sistema de desodorização na obra de entrada e também no sistema de desidratação de lamas; nas unidades industriais têm vindo a ser implementadas medidas nas unidades de pré-tratamento, nomeadamente a cobertura dessas áreas e a aspiração dos odores dos tanques de sulfuração, tendo-se verificado uma melhoria significativa.

A Professora Doutora Isabel Capela referiu que a Organização Mundial de Saúde tem alguns valores guia para o ar ambiente e também para o ácido sulfídrico, que poderão ser tidos em consideração para a análise dos resultados obtidos.

A Presidente da Câmara salientou que a CMA irá continuar com estas campanhas de monitorização da qualidade do ar, propondo que, caso entendam pertinente, enviem sugestões que possam contribuir para melhorar o caderno de encargos dos serviços a solicitar ao prestador de serviços para as próximas campanhas a realizar.

O Eng.º Miguel Guerreiro acrescentou que para as próximas campanhas vão ser redefinidos os pontos de amostragem, eliminando até alguns que tenham deixado de fazer sentido.

Voltando à análise dos resultados obtidos, as áreas envolventes à ETAR e Aterro são os pontos mais significativos, assim como junto a algumas das unidades industriais de maior dimensão.

O ponto 16 localiza-se em Vaqueiros, tendo sido incluído por sugestão da CMA face às situações relatadas pela União de Freguesias de Casével e Vaqueiros, cuja população



referenciou que o cheiro também se faria sentir nesta povoação. No entanto, os resultados obtidos neste ponto foram precisamente os mais baixos.

A Professora Doutora Isabel Capela mencionou que, considerando os resultados, provavelmente a amónia não se justificará numa próxima campanha de monitorização da qualidade do ar.

Relativamente à ETAR, questionou porque é que a ETAR não está a cumprir com os parâmetros de descarga. No que se refere ao CQO, provavelmente significa que o tratamento biológico não está a ser suficiente. O tratamento biológico produz muitas lamas que necessitam ser retiradas.

Neste sentido, o Eng.º Miguel Guerreiro referiu que um dos trabalhos de melhoria que a ETAR necessita implementar é precisamente a desidratação das lamas secundárias, considerando o excesso de lamas resultante do tratamento biológico.

A Professora Isabel Capela acrescentou que este tipo de tratamento introduz mais matéria orgânica no sistema que, provavelmente, poderá não ter capacidade de escoamento dessa quantidade produzida. Há que ter em atenção as capacidades dos sistemas para o escoamento das lamas produzidas, sendo fundamental analisar as capacidades/dimensionamento dos sistemas do ponto de vista hidráulico (caudais) e biológico.

O Eng.º Miguel Guerreiro relatou ainda que a afluência de pluviais à ETAR nesta altura do ano é efetivamente um problema. Em termos comparativos, a chegada de caudal doméstico à ETAR em época de estio é cerca de 30 m<sup>3</sup>/h e em pico de cheia chega a ser 7 vezes superior. É difícil a ETAR estar preparada para este efeito, sendo fundamental fazer o trabalho a montante, para separação dos pluviais, tanto domésticos como industriais, da rede.

A Presidente da Câmara propôs assim que a Universidade de Aveiro apoiasse nesta reflexão sobre como avaliar o que existe e o que se pode melhorar ao nível do funcionamento da ETAR, numa avaliação conjunta.

Informou ainda que os relatórios da auditoria à ETAR, Aterro e Unidades Industriais irão à próxima Reunião de Câmara, sendo posteriormente disponibilizados no Dossier Ambiental do site da CMA e enviados para as entidades representadas no Observatório.

Assim, após a intervenção das entidades presentes, a Presidente da Câmara propôs o agendamento da próxima reunião para o dia 26 de Março de 2019, aproveitando para endereçar votos de Boas Festas.

E nada mais havendo a tratar, a Presidente da Câmara deu por terminada a reunião, agradecendo uma vez mais a presença de todos e reconhecendo a importância dos contributos das diferentes entidades para a concretização do Plano de Ação em curso, dando assim por concluída a reunião de que se lavrou a presente ata.